



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**ÁREA DO CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO  
COORDENADOR(A):**

**SALVADOR  
DEZEMBRO/2024**

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>Nome do curso</b>	Curso de Pós-Graduação lato sensu em Educação Inclusiva
<b>Área do conhecimento (CAPES)</b>	7.08.00.00-6 Educação
<b>Tipo</b>	Pós-Graduação lato sensu
<b>Modalidade de oferta do curso</b>	A distância
<b>Local de oferta</b>	Multicampi
<b>Turno de funcionamento</b>	Conforme definição de cada polo
<b>Número de vagas</b>	150 vagas
<b>Periodicidade de oferta</b>	Anual
<b>Tempo de integralização</b>	24 meses
<b>Carga horária total</b>	360 horas

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IF BAIANO

### 2.1 Breve histórico do IF Baiano

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) é uma instituição pública e gratuita, que tem como objetivo dar formação e qualificação para profissionais de diversas áreas e nos vários níveis e modalidades de ensino. A instituição realiza pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade. Além disso, busca gerar e difundir conhecimento teórico, científico e tecnológico e formar indivíduos capacitados para o exercício da profissão e da cidadania. A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano começa na cidade de Catu em fins do século XIX com a primeira oferta de ensino profissional na área Agrária na Bahia, através da Lei 75, que originou a Fazenda Modelo de Criação, implantada pelo Governo da Bahia em 1897. O objetivo da fazenda era promover a criação de gado, através do ensino de técnicas pecuárias. Em 1918, iniciou-se o processo de federalização da Fazenda Modelo, adotando-se uma política que consistiria em fornecer técnicas pastoris para a comunidade agrícola local. Nela, foram desenvolvidas atividades de criação até o início de 1964.

Em 05 de março de 1964, através do Decreto nº 53.666, passou a chamar-se Colégio Agrícola de Catu, tendo sido este subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. A designação Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos foi estabelecida pelo Decreto N°58.340, de 03 de maio de 1966, que tinha

como finalidade ministrar o ensino de segundo grau, formando Técnicos em Agropecuária, fundamentado na filosofia do Sistema Escola-Fazenda: aprender a fazer e fazer para aprender.

Em 19 de maio de 1967, através do Decreto nº60.731, o Colégio foi transferido para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), passando a funcionar como Escola em 1969. Em 1971, formou-se a primeira turma de alunos: Técnicos em Agropecuária. Em 4 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Catu Álvaro Navarro Ramos. Em 1993, a Lei nº 8.670 criou as Escolas Agrotécnicas Federais de Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, subordinadas e mantidas pelo Ministério da Educação. Ainda em 1993, por meio da Lei nº 8.731, estas escolas foram transformadas em autarquias, passando a gozar de quadros e orçamento próprios, além de autonomia disciplinar e acadêmica. De acordo com o Decreto nº 2548/1998, as escolas agrotécnicas federais tinham por finalidade ofertar ampla formação articulada com os setores produtivos, especialmente nas áreas de agricultura e agroindústria.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo a Bahia contemplada com duas unidades, dentre estas, o IF Baiano, autarquia constituída, inicialmente, pelas Escolas Agrotécnicas Federais de Senhor do Bonfim, Catu, Guanambi e Santa Inês. Em 2010, na segunda expansão da rede profissional, duas novas unidades foram implantadas nas cidades de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira. A essa trajetória histórica, integraram-se, em 2010, as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARCs) criadas e mantidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. As atividades das EMARCs foram iniciadas em 1965, a partir da criação da unidade EMARC – Uruçuca-BA, tendo ocorrido a ampliação da rede entre os anos de 1965 e 1980, em decorrência do precário sistema educacional, vivenciado pelas populações vinculadas ao agronegócio. Coube à EMARC, inicialmente, servir como Centro de Treinamento de mão de obra e de formação de nível médio, a fim de atender às necessidades da agropecuária do Sul da Bahia, associado a programas de pesquisa agrícola e de extensão rural da CEPLAC, instrumentos importantes para o desenvolvimento da , então, incipiente estrutura socioeconômica da região cacaueira baiana.

De 1965 a 1980, a EMARC cresceu e transformou-se em um importante centro de ensino técnico agropecuário e industrial e de formação profissional rural, de reconhecimento para a qualificação de trabalhadores. Com o crescimento da demanda por técnicos e trabalhadores 18 qualificados para atuarem nas regiões cacauceiras do país, o Governo do Estado da Bahia, em articulação com o Conselho Deliberativo da CEPLAC e com o Ministério da Agricultura, firmou, em 11 de abril de 1980, contrato de comodato, transferindo a responsabilidade administrativa, pedagógica e financeira das Unidades Escolares Polivalentes, localizadas nas cidades de Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença, para a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Em 2010, as Escolas Médias de Agropecuária Regional – EMARCs de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença passaram a ser administradas pelo IF Baiano.

O Decreto n.º 7.952, de 12 de março de 2013, vinculou definitivamente as EMARCs ao Ministério de Educação, transformando-as em campi do IF Baiano. Em 2012, o governo anunciou mais uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O plano previu a criação de vários campi nas 27 Unidades da Federação, sendo que, 09 desses campi seriam implementados na Bahia. Para o IF Baiano, coube a implantação de mais 04 campi sediados nas cidades de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique. Atualmente, o IF Baiano consolida-se como Instituição multicampi no estado e garante a interiorização da educação profissional, sobretudo pela sua inserção em diversos territórios de identidade. O IF Baiano é formado por 01 (uma) Reitoria, sediada em Salvador, e 14 (catorze) Campi em funcionamento, nos seguintes municípios: Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Governador Mangabeira, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Valença e Uruçuca, Alagoinhas, Serrinha, Itaberaba e Xique-Xique. Com a implantação de 4 novas unidades nas cidades de Santo Estevão, Ribeira do Pombal, Remanso e Ruy Barbosa, em 2025, o IF Baiano ampliará os seus desafios somando à sua rede 18 *campi* implantados.

## 2.2 Breve histórico da EaD

A EaD no IF Baiano iniciou suas atividades em 2011, com a instituição do Núcleo Estruturante em Educação a Distância (NUEaD), subordinado à Pró-Reitoria de

Desenvolvimento Institucional (PRODIN). Nesse mesmo ano, o IF Baiano foi incluído na Rede e-Tec Brasil e, no período entre 2011 e 2012, realizou a implantação de 24 polos em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), para oferta dos cursos EaD. Em 2012, o NUEaD passou a ser Coordenação Especial de Gestão da Educação a Distância (CEGEaD) do IF Baiano. No ano seguinte, 2013, a CEGEaD evoluiu para Diretoria de Educação a Distância do IF Baiano (DEaD), hoje denominada DGRAED, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), demonstrando o interesse institucional na ampliação e consolidação da modalidade no Instituto.

A DGRAED tem como finalidade realizar o planejamento, o acompanhamento, o desenvolvimento, a implementação e a avaliação pedagógica dos processos de educação na modalidade a distância. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de cursos e atividades de EAD, auxiliando, assim, o IF Baiano a cumprir sua missão institucional.

Atualmente, o IF Baiano está presente em 16 dos 27 Territórios de Identidade, abrangendo 60% do estado da Bahia, através dos polos EAD, o que já demonstra a capacidade de capilaridade e a possibilidade de disseminação institucional, a responsabilidade social, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos por intermédio dessa modalidade.

A proposta da EAD do IF Baiano visa a construção de uma sociedade democrática, plural, justa e ética, proporcionando a possibilidade do desenvolvimento de autonomia, do pensamento crítico e livre, da capacidade criativa e do acesso aos bens culturais historicamente produzidos pelo homem, indispensáveis à dignidade da vida humana, bem como a formação técnica que o prepare profissionalmente para ingresso no mundo do trabalho e/ou para ressignificação do lugar que já ocupa e para o seu permanente desenvolvimento, por meio do acesso à educação.

Assim, este curso será ofertado em alinhamento com as diretrizes institucionais e de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 25, de 20/09/2023, atualizado em 6 de dezembro do mesmo ano.

### 2.3 Missão, Visão e Valores do IF Baiano

Ao IF Baiano se impõe o desafio de consolidar sua identidade organizacional, criando estratégias e agregando recursos capazes de viabilizar o cumprimento de sua missão,

visão e valores, os quais subsidiam a construção colaborativa da proposta pedagógica de cada curso em seus diversos níveis e modalidades de ensino.

A missão do IF Baiano é oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Sua visão é ser uma instituição de educação profissional e tecnológica referência na Bahia, em todas as áreas e modalidades de oferta, sobretudo, no desenvolvimento e fortalecimento de tecnologias agrárias que contribuam para o crescimento socioeconômico e cultural do estado.

Para balizar sua missão e visão, o Instituto estabelece os seguintes valores:

Excelência – pautada na eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão;

Gestão democrática – pautada nos princípios de justiça, participação, corresponsabilidade, igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão;

Ética – pautada nos princípios de transparência, justiça social e responsabilidade com o bem público;

Valorização dos servidores – pautada no fortalecimento e reconhecimento que o desempenho da instituição depende da valorização, do desenvolvimento pessoal e técnico, do bem-estar e da realização profissional de todos os servidores;

Comprometimento – pautado no comprometimento dos servidores com o atendimento aos objetivos e da missão institucional;

Compromisso social – pautado no reconhecimento de diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais;

Sustentabilidade – pautada na responsabilidade social e ambiental

### **3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO**

A organização didático-pedagógica do curso de pós-graduação lato sensu EAD em Educação Inclusiva, ofertado na modalidade 100% a distância, está referendada na legislação nacional e nas disposições normativas do IF Baiano, especialmente no seu Regimento Geral, Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Regulamento da Pós-graduação.

### **3. JUSTIFICATIVA**

A oferta de um curso de Especialização em Educação Inclusiva é uma resposta necessária às demandas contemporâneas por uma educação que reconheça e valorize a diversidade humana em todas as suas formas. A educação inclusiva, conforme preconizada pela Constituição Brasileira e reforçada pela Lei Brasileira de Inclusão, é mais do que uma prática pedagógica; é um direito fundamental que busca garantir o acesso, a permanência e o êxito de todos/as os/as discentes no sistema regular de ensino, independentemente de suas características ou especificidades.

A constituição brasileira define a educação como um direito de todos, essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Nesse sentido, a educação inclusiva vai além de simplesmente integrar alunos/as com necessidades específicas em ambientes educacionais regulares. Ela propõe a transformação do ambiente escolar, das práticas pedagógicas e das atitudes para eliminar as barreiras e construir modelos e espaços educacionais para todas as pessoas.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) não mencione explicitamente a educação inclusiva, mas sim a educação especial, a evolução das políticas públicas e dos marcos legais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, deixa clara a exigência de que as instituições educacionais adaptem seus currículos e práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos/as discentes. Isso implica que as escolas devem estar preparadas para oferecer uma educação que não apenas aceita, mas valorize a diversidade, tratando as diferenças como atributos a serem respeitados e potencializados, e não como obstáculos a serem superados.

Nesse contexto, a criação de um curso de Especialização em Educação Inclusiva se justifica pela necessidade de formação contínua de profissionais capacitados/as para implementar essas mudanças nas escolas. O curso visa capacitar educadores/as para que possam atuar de forma efetiva na construção de ambientes educacionais inclusivos, onde todos/as discentes, incluindo aqueles/as com deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades, possam ter suas necessidades atendidas e seu

potencial maximizado. Através desse curso, busca-se promover uma educação de qualidade, que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e equitativa.

A formação de professores/as é fundamental para assegurar a qualidade na oferta de uma educação inclusiva. Professores/as capacitados/as, identificam mais facilmente as barreiras que impedem o aprendizado. Além disso, ao estarem familiarizados/as com as legislações vigentes e as metodologias inclusivas, esses/as docentes promovem um ambiente educacional que não apenas acolhe, mas também valoriza a diversidade, garantindo que todos/as tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. Para tanto, é imperativo que os/as docentes estejam preparados e aptos a desenvolver metodologias e práticas pedagógicas que permitam e possibilitem que a educação inclusiva ocorra.

Propomos neste projeto uma formação continuada a distância, que ofereça aos professores/as situações de aprendizagem da qual participam ativa e cooperativamente, atuando como agentes do processo de mudança de sua realidade escolar. Este processo de aprendizagem implica uma reflexão sobre suas práticas usuais e a análise do que essas práticas acarretam no desenvolvimento de cada estudante. Propicia a oportunidade de discussão e criação de planos de trabalho que se originam de um exercício constante frente às possibilidades educacionais que emergem das solicitações e demandas do meio escolar e das variações identitárias de seus estudantes.

Como já mencionado, a escola é este espaço propício para um trabalho que considere as diferenças que constituem as pessoas em suas identidades, por isso a importância de possibilitar um curso de especialização que se coloque a dialogar nessa perspectiva, convocando os educadores/as para práticas que corroborem para uma educação inclusiva alicerçada nos direitos humanos e em consonância com as políticas públicas elaboradas na intenção de garantir uma educação para todos/as.

Por fim, é imperativo reconhecer que a inclusão não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso ético e moral da sociedade, e por consequência de todas as instituições. A formação de professores/as habilitados para a educação inclusiva é um investimento essencial para a construção de um sistema educacional mais democrático. Diante desse quadro de justificativa, o curso de especialização em Educação Especial na modalidade EaD do IF Baiano, se ancora também nos princípios



institucionais de inclusão e de acessibilidade no sentido de fomentar um ensino que valorize as potencialidades e o envolvimento de toda a população baiana na geração do conhecimento.

#### **4. OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)**

##### 4.1 Objetivo Geral

Qualificar licenciados/as das diversas áreas do conhecimento ou bacharéis que atuem como docentes para promover práticas de ensino-aprendizagem de inclusão e equidade, que valorizem as competências e habilidades de todos/as discentes, independente de suas especificidades.

##### 4.2 Objetivos específicos:

- Interpretar e analisar as políticas educacionais e as legislações vigentes no Brasil, identificando as implicações para a promoção da inclusão e equidade no sistema educacional;
- Capacitar os/as professores/as para a elaboração de práticas pedagógicas e avaliações inclusivas garantindo que todos/as tenham a oportunidade de demonstrar suas habilidades e conhecimentos de forma equitativa.
- Promover a reflexão crítica sobre a diversidade e a diferença no contexto escolar,
- Fomentar a pesquisa e a inovação na área da educação inclusiva, incentivando a produção de conhecimento que contribua para o avanço das práticas pedagógicas inclusivas e o desenvolvimento de novas abordagens educacionais
- Compreender as interseccionalidades entre pertencimentos étnicos-raciais, as identidades de gênero, contextos de classe, deficiências e/ou necessidades específicas das pessoas e grupos sociais que perpassam as trajetórias dos/as discentes;
- Utilizar as técnicas, saberes e conhecimentos apreendidos para potencializar as competências e habilidades de todos/as estudantes, promovendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também desenvolvimento humano.

## **5. METAS**

- Formar especialistas em Educação Inclusiva,
- Contribuir com a formação de educadores atuantes e críticos, conscientes de seu contexto e sua função social.
- Apresentar trabalhos em eventos científicos nos âmbitos regional, nacional e internacional.
- Desenvolver propostas teórico-prática de pesquisa no campo da educação inclusiva e interseccionalidades

## **6. PÚBLICO-ALVO**

Portadores de diploma de ensino superior reconhecido pelo MEC e concluintes de curso superior que apresentem documento comprobatório da conclusão que forem selecionados por meio de processo seletivo de ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

## **7. ETAPAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CORPO DISCENTE**

O acesso a esse curso será feito por inscrição em processo seletivo previamente definido pelo Colegiado do curso e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPE), amplamente divulgado e regido por meio de Edital específico, assegurando-se o ingresso de candidatos/as selecionados/as, considerando-se a ordem decrescente de classificação e respeitando o número de vagas previsto em edital e demais critérios definidos no Regimento geral da pós-graduação do IF Baiano, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e o quantitativo de vagas acordado com a Setec/MEC e UAB/Capes.

## **8. NÚMERO DE VAGAS**

O curso oferecerá 150 (cento e cinquenta) vagas

### **8.1 Vagas para ações afirmativas**

O processo de seleção do corpo docente seguirá as diretrizes para ações afirmativas apresentadas pelo regimento geral da Pós-Graduação do IF Baiano. Ficará reservado o quantitativo de 20% (vinte por cento) do total de vagas disponíveis para candidatos negros (pretos e pardos) e indígenas (Lei 12.990/ 2014) e o quantitativo de 5% (cinco por cento) destinados a candidatos com deficiência (Lei 3.298/1999).

## 9. ESTRUTURA CURRICULAR

Módulo	Componente Curricular	Carga Horária
Módulo I	Políticas e diretrizes da educação no Brasil	40
	Fundamentos da Educação Inclusiva	40
	Educação Inclusiva e Deficiências: Abordagens Integradas I	30
	Educação Inclusiva e Deficiências: Abordagens Integradas II	30
	Metodologia de pesquisa I	30
Módulo II	Metodologias e Práticas Pedagógicas Inclusivas	30
	Currículo e elaboração de projetos para a educação inclusiva	40
	Tópicos especiais em educação Inclusiva I - Desenho Universal e Tecnologia Assistiva	40
	Tópicos especiais em educação Inclusiva II - interseccionalidades: pertencimentos étnicos-raciais, gêneros e grupos sociais e educação do campo	40
	Metodologia de pesquisa II - TCC	40

## 10. MATRIZ CURRICULAR

1. COMPONENTE CURRICULAR	Políticas e diretrizes da educação no Brasil (40h) – Módulo I
DOCENTE RESPONSÁVEL	Seleção através de edital específico
EMENTA	Evolução histórica das políticas educacionais no Brasil; Análise das principais legislações educacionais, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Políticas públicas voltadas para a inclusão e equidade no ensino.
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
BÁSICA	<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.</p> <p>BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.</p> <p>BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.</p>
COMPLEMENTAR	<p>BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.</p>
2. COMPONENTE CURRICULAR	Fundamentos da Educação Inclusiva (40h) - Módulo I

DOCENTE RESPONSÁVEL	Seleção através de edital específico
EMENTA	Conceituação de educação inclusiva. Contextos da inclusão/exclusão Histórico da educação inclusiva, políticas públicas e princípios que orientam a inclusão educacional.
BÁSICA	<p>AKKARI, Abdeljalil; SANTIAGO, Mylene Cristina. Diferenças na Educação: do preconceito ao reconhecimento. Revista Teias, v. 16, n. 40, p. 28-41, 2015.</p> <p>MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.</p> <p>VENCATO, Anna Paula. Diferenças na escola. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge (Orgs.). Diferenças na Educação: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 19-56.</p>
COMPLEMENTAR	RODRIGUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

3. COMPONENTE CURRICULAR	Educação Inclusiva e Deficiências: Abordagens Integradas I (30h) Módulo I
DOCENTE RESPONSÁVEL	Seleção através de edital específico
EMENTA	Modelos teóricos da deficiência: análise dos paradigmas biomédico e social. Conceitos e sistemas de classificação da deficiência em contextos educacionais inclusivos. Impactos históricos e políticos dos modelos teóricos de deficiência nas práticas educacionais. Constituição do sujeito com deficiência numa perspectiva histórico-cultural aplicada à educação inclusiva. Metodologias e tendências na pesquisa sobre deficiência e inclusão educacional, com enfoque em abordagens integradas.
BIBLIOGRAFIA	

<p>BÁSICA</p>	<p>DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.</p> <p>MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando. Deficiência e Emancipação Social: para uma crise da normalidade. Coimbra: Edições Almedina, 2016.</p> <p>MELLO, Anahi de; BLOCK, Pamela; NUERNBERG, Adriano Henrique. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In: SHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fatima (Orgs). Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. Ponta Grossa: UEPG, 2014.</p> <p>VALLE, Jan W.; CONNOR, David J. Resignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014.</p>
<p>COMPLEMENTAR</p>	<p>BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília : SNDP-SDH/PR, 2014. Disponível em: &lt;<a href="http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao-sdpcd-novos-comentarios.pdf">http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao-sdpcd-novos-comentarios.pdf</a>&gt;. Acesso em 19 mar. 2017.</p> <p>BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. Ribeirão Preto: Revista Latino- Americana de Enfermagem, v. 18, n. 4, 2010.</p>

<p>4. COMPONENTE CURRICULAR</p>	<p>Educação Inclusiva e Deficiências: Abordagens Integradas II (30h) Módulo I</p>
-------------------------------------	---

DOCENTE RESPONSÁVEL	Seleção através de edital específico
EMENTA	Evolução histórica e definições atuais das deficiências visual, auditiva, física, intelectual e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Ferramentas para a inclusão. Noções introdutórias: Sistema Braille, Libras, audiodescrição e adaptações curriculares.
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	<p>BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Especial. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p> <p>CARVALHO-JUNIOR, A. F. P. de; LÍBERA, B. D.; GOMES, M. de (Orgs). Para Além do Olhar: políticas e práticas na educação de pessoas com deficiência visual. Curitiba - PR: Editora e Livraria Appris Ltda, v.1, 2019.</p> <p>SOARES, M. A. L.. A educação do surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2014.</p>
COMPLEMENTAR	<p>BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p> <p>MENDES, E. G.. Orientações Práticas para Professores de Estudantes com Deficiência Intelectual. 1. ed. São Paulo: SESI-SP Editora, 2021. v. 1.</p> <p>SNYDER, J; GARBELOTTI, A. Construindo imagens com palavras: manual de treinamento abrangente e guia sobre a história e aplicações da áudio-descrição. Recife, PE UFPE 2017, 2017.</p>

<p><b>5.</b></p> <p><b>COMPONENTE CURRICULAR</b></p>	<p><b>Metodologia da Pesquisa I (30h)</b></p>
<p>DOCENTE RESPONSÁVEL</p>	<p>Seleção através de edital específico</p>
<p>EMENTA</p>	<p>Definição, tipos e objetivos da pesquisa científica no contexto da Educação Inclusiva. Identificação de questões de pesquisa relevantes, formulação de hipóteses e objetivos. Abordagens qualitativas e quantitativas, pesquisa-ação, estudo de caso e etnografia.. Elaboração de artigo científico.</p>
<p>BÁSICA</p>	<p>COSTA, Marco Antonio Ferreira da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da; ANDRADE, Viviane Abreu de. Caminhos (e descaminhos) dos objetivos em dissertações e teses: um olhar voltado para a coerência metodológica. <i>Revista Práxis</i>, ano IV, n. 11, 2014.</p> <p>CRESWELL, John W. <i>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</i>. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>FLICK, Uwe. <i>Introdução à metodologia da pesquisa</i>. Porto Alegre: Penso, 2013.</p>
<p>COMPLEMENTAR</p>	<p>IANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). <i>A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações</i>. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do Poder</i>. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar um projeto</i>. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i>. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.</p>



	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <i>Metodologia científica</i> . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
--	---

<b>6.COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Metodologias e Práticas Pedagógicas Inclusivas (30h)</b>
DOCENTE RESPONSÁVEL	Seleção através de edital específico
EMENTA	Fundamentos da Educação Inclusiva; Planejamento pedagógico inclusivo; Metodologias ativas e inclusivas; Adaptações curriculares; Tecnologias assistivas; Gestão de sala de aula inclusiva; Práticas de avaliação inclusiva; Estudos de caso e experiências práticas em educação inclusiva.
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	<p>BLANCO, Rosa. Implicações Educativas do Aprendizado na Diversidade. <i>Revista Gestão em Rede</i>, ago. 2002.</p> <p>MITTLER, Peter. <i>Educação Inclusiva – Contextos sociais</i>. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>RIETO, Rosângela Gavioli. <i>Educação Inclusiva: Compreensão e Ação da Escola</i>. 4. ed. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2020.</p>
COMPLEMENTAR	<p>FERREIRA, Windyz. <i>Da Exclusão à Inclusão: formando professor para responder à diversidade na sala de aula</i>. 2004.</p> <p>SPINOZA, Benedictus de. A servidão Humana ou a força dos afetos. In: <i>Ética</i>. 3. ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p.1632-1677.</p> <p>VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). <i>O sujeito da educação: estudos foucaultianos</i>. Petrópolis: Vozes, 2004. p.87-96.</p>

<b>7.COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Currículo e elaboração de projetos para a educação inclusiva(40h) módulo II</b>
DOCENTE RESPONSÁVEL	Seleção através de edital específico
EMENTA	Currículo e práticas curriculares. A avaliação dentro do planejamento. Os diferentes tipos de avaliação. O planejamento no contexto pedagógico. O planejamento centrado no aluno como sujeito do processo. Abordagem de planejamento por projetos. Projetos de educação inclusiva. Avaliação da prática da inclusão
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	<p>ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2002.</p> <p>FAZENDA, Ivani. Práticas Interdisciplinares na escola. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>
COMPLEMENTAR	<p>LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Orgs.). Cultura, currículo e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.</p>

<p><b>8.</b></p> <p><b>COMPONENTE CURRICULAR</b></p>	<p><b>Tópicos especiais em educação Inclusiva I- Desenho Universal e Tecnologia Assistiva(40h) Módulo II</b></p>
<p>DOCENTE RESPONSÁVEL</p>	<p>Seleção através de edital específico</p>
<p>EMENTA</p>	<p>Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Currículo, barreiras e facilitadores para a participação escolar. Mídias, Softwares e interfaces acessíveis e formatos acessíveis. Tecnologia Assistiva (TA) na escola. Análise das diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos sistemas de TA. Aplicabilidade dos princípios e diretrizes do DUA nas escolas.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>	
<p>BÁSICA</p>	<p>ANGARITA, Marisol Moreno. et.al. Estratégias pedagógicas basadas en el diseño universal para el aprendizaje: una aproximación desde la comunicación educativa. Bogotá-Colombia: Editorial Universidad Nacional de Colombia, 2014. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; MIRANDA, Theresinha Guimarães (Orgs.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: &lt;<a href="http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm">www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm</a>&gt;. Acesso em: 07 abr. 2017. NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. Revista da Investigação às Práticas, Lisboa, v. 5, n. 2, p.126-143, 2015. Disponível em:&lt;<a href="http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S218213722015000200008&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S218213722015000200008&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a>&gt;. Acesso em 07 abr. 2017.</p>
<p>COMPLEMENTAR</p>	<p>BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; SCHIRMER, Carolina. Tecnologia Assistiva no processo educacional. IN: Ministério da educação. Ensaio Pedagógicos: Construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.</p> <p>BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. Design de um serviço de Tecnologia Assistiva em escolas públicas. Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2009.</p>

	<p>GALVÃO FILHO, Teófilo. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador, v. 2, n. 1, p.25-42, 2013. Disponível em: &lt;<a href="http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm">www.galvaofilho.net/TA_ desafios.htm</a>&gt;. Acesso em 07 abr. 2017.</p>
--	---

<b>9. COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Tópicos especiais em educação Inclusiva II - interseccionalidades: pertencimentos étnicos-raciais, gêneros e grupos sociais (40h)</b>
DOCENTE RESPONSÁVEL	Seleção através de edital específico
EMENTA	<p>Fundamentos das relações raciais na sociedade brasileira. A questão da identidade nacional. Identidades culturais. Desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais no Brasil contemporâneo. Políticas públicas e ações afirmativas. Orientações pedagógicas, políticas e ações para a educação das relações étnico-raciais. Papel do currículo e das práticas pedagógicas diante das violências geradas pelo racismo e decorrentes das relações étnico-raciais. Sexualidade, sociedade e política. Gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Identidades sexuais. Direitos Sexuais como Direitos Humanos. Diversidade sexual e de gênero na escola. Políticas públicas de gênero. Especificidades do campo como a cultura e as necessidades humanas e sociais das pessoas que vivem lá, valorização do espaço, o tempo e o modelo de currículo, Promoção das aprendizagem dos alunos, mobilizando as atividades campesinas. Pedagogia da alternância.</p>
BIBLIOGRAFIA	

<p>BÁSICA</p>	<p>GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa <i>Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. <i>Superando o racismo na escola</i>. Brasília: MEC/SECADI, 2005.</p> <p>BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. <i>Cadernos Pagu</i>, Campinas, n. 26, p.329-376, 2006.</p> <p>BUTLER, Judith. <i>Problemas de Gênero: feminismo e subversão das identidades</i>. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>História da Sexualidade I: a vontade de saber</i>. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.</p> <p>JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: (Org.). <i>Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13-51.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes (Org.) <i>O corpo educado: pedagogias da sexualidade</i>. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.</p>
<p>COMPLEMENTAR</p>	<p>BARBOSA Gomes Joaquim. <i>Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social - a experiência dos EUA</i>. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.</p> <p>BRASIL. <i>Indagações sobre currículo: diversidade e currículo</i>. Brasília, DF: MEC/SEB, 2008.</p> <p>FIGUEIREDO, Angela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, Osmundo; SANSON, Lívio.(Orgs.). <i>Raça Novas Perspectivas antropológicas</i>. 2. ed., Salvador: EDUFBA, 2008.</p> <p>ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e</p>

	<p>performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. <i>Revista Estudos Feministas</i>, v. 19, n. 2, p.421-449, 2011.</p> <p>EGGERT, Edla; RAMOS, Toni. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. <i>Educação e Sociedade</i>, Campinas, v. 38, n. 138, p.9- 26, jan./mar. 2017.</p> <p>MELLO, Anahi Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. <i>Revista Estudos Feministas</i>, v. 20, n. 3, p.635-655, 2012.</p> <p>MONTEIRO, Simone. et al. Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro (Brasil). <i>Cadernos Pagu</i>, Campinas, n. 35, p. 79-109, dez. 2010.</p>
--	--

10. COMPONENTE CURRICULAR	Metodologia da Pesquisa II (40h)
DOCENTE RESPONSÁVEL	Seleção através de edital específico
EMENTA	Escolha e delimitação de temas de pesquisa na área de Educação Inclusiva; Pesquisa e seleção de material bibliográfico relevante para a inclusão educacional; Elaboração do referencial teórico focado em práticas inclusivas; Metodologias de pesquisa aplicáveis ao estudo da Educação Inclusiva; Redação do TCC Normas para publicações periódicas.
BIBLIOGRAFIA	

<p>BÁSICA</p>	<p>COSTA, Marco Antonio Ferreira da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da; ANDRADE, Viviane Abreu de. Caminhos (e descaminhos) dos objetivos em dissertações e teses: um olhar voltado para a coerência metodológica. <i>Revista Práxis</i>, ano IV, n. 11, 2014. Disponível em: &lt; <a href="http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/11/11-24.pdf">http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/11/11-24.pdf</a>&gt;. Acesso em 04 abr. 2017.</p> <p>CRESWELL, John W. <i>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</i>. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>FLICK, Uwe. <i>Introdução à metodologia da pesquisa</i>. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>LUZ, Andreza; et al. <i>Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos da UDESC: tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e relatório de estágio</i>. Florianópolis: UDESC, 2014.</p>
<p>COMPLEMENTAR</p>	<p>BIANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). <i>A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações</i>. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do Poder</i>. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar um projeto</i>. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i>. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <i>Metodologia científica</i>. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>

## **11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

O trabalho de conclusão de curso é obrigatório para o recebimento do certificado de conclusão dos cursos de pós-graduação Lato sensu do IF Baiano e deverá se constituir conforme Art. 94 do Regimento Geral da Pós Graduação. Deve estar relacionado à área do curso de especialização promovendo a articulação entre teoria e prática. No contexto da Educação Inclusiva, o TCC não apenas evidencia a capacidade do/da estudante de realizar pesquisa acadêmica, mas também de propor soluções para os desafios enfrentados no ambiente educacional inclusivo. A elaboração do TCC nessa especialização oferece aos/as educadores/as a chance de investigar e aplicar metodologias pedagógicas e práticas inclusivas que possam transformar as realidades escolares. Este processo é essencial para formar profissionais preparados para criar ambientes de aprendizado que respeitem e valorizem a diversidade, promovendo acesso e a equidade para todas as pessoas. Os TCCs poderão ser elaborados em diversos formatos, incluindo artigos científicos (revisões de literatura, pesquisa bibliográfica, pesquisa de intervenção, relatos de experiência, pesquisa ação), projetos audiovisuais, videoaulas, e projetos de intervenção pedagógica. A versão final do TCC deverá ser publicada no Repositório Institucional do IF Baiano em formato digital, e os estudantes serão incentivados a submeter seus trabalhos para publicação em revistas acadêmicas de referência. A elaboração do TCC seguirá as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e deverá estar alinhado com as seguintes linhas de pesquisa: Educação Especial e Inclusiva no contexto da Educação Básica; Planejamento Educacional para Educação Especial e Inclusiva; Políticas Públicas da Educação Especial e Inclusão Escolar.

## **12. CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO**

A carga horária total do curso será de 360 horas (trezentos e sessenta horas), distribuídas em dois módulos (semestres) na modalidade a distância. O curso contará com aulas virtuais expositivas e dialogadas, com realização de seminários, leituras direcionadas às temáticas enfocadas nas disciplinas, entre outras atividades. Para auxiliar na mediação didático-pedagógica das aulas se fará uso da plataforma de ensino MOODLE.

## **12. CORPO DOCENTE**



Os/As docentes do curso serão selecionados/as através de edital específico para a finalidade. O edital será elaborado pela CGPG/PROPE conforme diretrizes da UAB/CAPES e o Regimento geral da pós-graduação do IF BAIANO.

### **13. METODOLOGIA E PERIODICIDADE DE MINISTRAÇÃO DAS AULAS-**

O IF Baiano imprime nos projetos pedagógicos dos seus cursos a marca da sua missão, direcionada à oferta da educação de qualidade, pública e gratuita. Destarte, delinea-se uma metodologia que estabelece os princípios norteadores para o cumprimento dos seus objetivos educacionais e, especificamente, os do curso em questão, descrevendo estratégias de mediação do processo ensino-aprendizagem, acompanhamento pedagógico, mídias e materiais didáticos e avaliação da aprendizagem.

O curso será oferecido integralmente na modalidade à distância, com carga horária de 360 horas, divididas em 10 componentes curriculares organizados em 2 (dois) módulos. O processo de aprendizagem é flexível, permitindo que os/as participantes estudem de acordo com sua disponibilidade de tempo e local, sem a necessidade de se deslocarem até um espaço físico específico. Essa flexibilidade é um dos principais benefícios do curso a distância, permitindo que cada discente adapte seu cronograma de estudo à sua rotina pessoal e profissional.

O conteúdo do curso estará disponível na Plataforma Moodle-IFBAIANO, dentro do AVA, os participantes terão acesso a uma série de materiais didáticos, que podem incluir textos, vídeos, áudios, e atividades interativas. Além disso, o curso proporciona um ambiente de interação entre os participantes e os/as professores/as através de fóruns e chats. Esses recursos são fundamentais para promover o engajamento, tirar dúvidas e facilitar a troca de experiências.

Nos fóruns, os/as discentes poderão discutir os temas abordados nas aulas, compartilhar insights, responder a questionamentos propostos pelos/as professores/as e interagir com colegas, criando um senso de comunidade e colaboração. Já os chats permitem debates, esclarecimento de dúvidas e suporte para os/as discentes.

### 13.1 - acompanhamento pedagógico

O acompanhamento pedagógico será implementado por meio de Plantão Pedagógico do/a professor/a do componente curricular e dos/das Tutores/as a distância, em horários previamente estabelecidos e poderão utilizadas estratégias síncronas e assíncronas, com os seguintes recursos metodológicos disponíveis: fóruns, questionários, chat, e-mail, grupo de discussão, enquetes, videoconferências, entre outros. Demais estratégias poderão ser utilizadas tais como: pesquisas exploratórias, estudos lúdicos interativos, fichamento de textos, análise de vídeos, jogos eletrônicos.

### 13.2 - metodologia do curso

O conteúdo do curso será estruturado em 10 disciplinas independentes, constituída de textos e atividades especialmente elaborados por autores/as com qualificação e experiência na área em questão e em EaD. As disciplinas serão ministradas em momentos distintos e estão organizadas em 2 módulos.

Todos os componentes curriculares contarão com o apoio do/a professor/a formador/a e dos/as tutores/as a distância. A concepção de ensino e aprendizagem adotada respalda-se na interação entre os participantes do curso, essencial para o desenvolvimento do conhecimento. Essa interação poderá ser síncrona, por meio de chats, ou assíncrona, no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As características do Curso em EaD e/ou presencial serão baseadas no sistema de cursos da Universidade Aberta do Brasil – UAB e de outros órgãos e parceiros:.

- Os textos serão configurados no processo dialógico, com a finalidade de proporcionar a interlocução permanente com os leitores, de forma a assegurar a leitura e a análise compreensiva e crítica do material didático;
- O processo de aprendizagem on-line e/ou presencial será complementado e ampliado mediante leituras indicadas na bibliografia complementar recomendada;
- O curso terá apoio tutorial mediante comunicação on-line na Plataforma Moodle e por correio eletrônico. Eventualmente, caso as circunstâncias demandem, os participantes poderão ser contactados por correio postal ou telefone;
- Cada tema será apresentado por meio de textos específicos, textos de referência, hipertextos, links e uma bibliografia complementar. Após cada unidade haverá um trabalho aplicado, utilizando do conhecimento aprendido, por estratégias variadas e adequadas a cada tema;

Ao longo do curso, haverá uma série de fóruns, nos quais o cursista deve participar, colaborando com o tutor e os colegas na construção de um conhecimento coletivo. Os procedimentos metodológicos específicos (leituras, exercícios, oficinas, fóruns de discussão, videoconferências, consultas a banco de dados e endereços selecionados) serão adotados conforme a natureza do objeto de estudo de cada temática, sendo que todas elas serão orientadas no sentido de subsidiar a aprendizagem no processo de elaboração de um trabalho de conclusão de curso.

### 13.3- Avaliação da aprendizagem

No curso de especialização EAD Educação Inclusiva, a avaliação da aprendizagem será conduzida de forma contínua e diversificada, utilizando diferentes instrumentos para medir o desempenho acadêmico dos pós-graduandos/as.

As formas de avaliação incluem a aplicação de questionários, realização de estudos dirigidos, interações nos fóruns e chats de discussões, elaborações de textos, resumos, fichamento e resenhas. A diversificação dos instrumentos de avaliação assegura uma avaliação mais justa e abrangente, bem como, enriquece o processo de ensino e aprendizagem utilizando diferentes métodos para avaliar o conhecimento e habilidades dos/das discentes.

Conforme estabelecido pela normativa vigente, é obrigatório que os pós-graduandos participem de, pelo menos, 75% das atividades programadas em cada disciplina. O não cumprimento desse percentual de frequência resultará em reprovação, independentemente do rendimento obtido. A frequência será registrada no Sistema Acadêmico, garantindo o acompanhamento adequado da participação dos alunos.

Para aprovação em um componente curricular, o/a discente deverá obter nota final igual ou superior a 7,0 (sete).

## **14. PERFIL DO EGRESSO**

Espera-se que o egresso do curso de pós-graduação lato sensu em Educação Especial, na modalidade EAD, seja capacitado para planejar ações na educação especial, desenvolvendo adequações curriculares e práticas pedagógicas que atendam às especificidades dos estudantes.

## **15. PRÁTICAS INCLUSIVAS E DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE**

O Curso de Especialização em Educação Inclusiva tem como compromisso central a promoção da inclusão e equidade, valorizando as competências e habilidades de todos os seus estudantes, incluindo aqueles/as com deficiência. Com base nas diretrizes da matriz curricular, o curso será estruturado para garantir que as atividades e materiais didáticos sejam acessíveis e inclusivos. Neste sentido, será destinado esforços para realizar as seguintes práticas e adaptações :

- Todos os textos serão disponibilizados em formatos acessíveis, incluindo versões em PDF com leitura facilitada e alternativas em formatos de áudio para estudantes com deficiência visual;
- Os recursos textuais no moodle terão fonte em tamanho adequado e com alto contraste para facilitar a leitura ;
- Será solicitado a todos/as professores/as conteudistas que realizem a descrição das imagens e vídeos utilizadas como recursos didáticos
- Todos os vídeos e áudios disponibilizados na plataforma Moodle terão legendas e transcrições em texto;
- Serão disponibilizados resumos de texto e vídeos explicativos em Libras, facilitando a compreensão dos conteúdos por estudantes surdos.
- As atividades propostas ao longo do curso serão diversificadas, contemplando diferentes estilos de aprendizagem e permitindo que os/as estudantes escolham a forma que melhor atende às suas necessidades e habilidades.
- As avaliações serão adaptadas para atender às necessidades individuais dos/das estudantes. Isso inclui a possibilidade de avaliações orais, apresentações em vídeo e outras formas alternativas de demonstrar conhecimento.

Ainda, como forma de garantir a acessibilidade, serão solicitadas bolsas específicas para a contratação de tutores especializados em educação inclusiva, de modo a oferecer

suporte aos estudantes, auxiliando-os na superação de barreiras específicas e promovendo seu pleno desenvolvimento acadêmico.

Essas medidas visam a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde todos/as estudantes, independentemente de suas habilidades, possam participar plenamente e desenvolver suas competências de maneira equitativa. O compromisso do curso é garantir que a educação inclusiva seja vivenciada de maneira prática e efetiva, refletindo os princípios que defende.

## 16. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 07 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394. Brasília-DF: MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 07 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - IF BAIANO. Projeto Político Pedagógico Institucional do IF Baiano. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, IF Baiano. Salvador, 2014. Disponível em: < <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2013/06/PPPI-PROJETO-POLITICO-PEDAGOGICO-INSTITUCIONAL2.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. Resolução no 09, de 9 de novembro de 2018. Regimento Geral de Pós Graduação do IF-Baiano. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPE): Salvador - BA, 2017a. Disponível em:<[https://ifbaiano.edu.br/portal/pesquisa/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/Regimeto-Geral-de-P%C3%B3s\\_Gradua%C3%A7%C3%A3o-do-IF-Baiana-aprovado-pela-Resolu%C3%A7%C3%A3o-N%C2%B009-de-2018..pdf](https://ifbaiano.edu.br/portal/pesquisa/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/Regimeto-Geral-de-P%C3%B3s_Gradua%C3%A7%C3%A3o-do-IF-Baiana-aprovado-pela-Resolu%C3%A7%C3%A3o-N%C2%B009-de-2018..pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2024.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura; GOMES, Cristiano Mauro Assis. A articulação entre conhecimento tácito e inovação tecnológica: a função mediadora da educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 36

SEVERINO, Antônio Joaquim. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. In: PIMENTA, Selma G. ALMEIDA, Maria Isabel. *Pedagogia Universitária*. São Paulo. EDUSP, p. 129-146, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial. Brasília-DF: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394. Brasília-DF: MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 1999.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília-DF, 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Parecer no 17/2001. Assunto: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Brasília-DF, 2001b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB\\_017\\_2001.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB_017_2001.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília -DF, 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. 03 jul. 2024

\_\_\_\_\_. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>>. Acesso em: 04 jul. 2024

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília-DF, 2008a. Disponível

em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultural Afro- Brasileira e Indígena”. Brasília-DF, 2008c. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>

\_\_\_\_\_. Decreto 7.611. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília - DF, 2012a.

\_\_\_\_\_. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2012b. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <[https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/10338.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/10338.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Decreto no 10.502. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília-DF: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-280529948> -n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020. Acesso em: 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Decreto no 11.370, de 1o de janeiro de 2023. Revoga o Decreto no 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2023a. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20232026/2023/decreto/D11370.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/decreto/D11370.htm)> Acesso em: 03 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Novo Viver Sem Limite: plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília-DF, 2023b. Disponível em:<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/PlanoNacionaldosDireitosdaPessoacomDeficinciaNovoViverSemLimite.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Ministério da Educação: Brasília-DF, 8p., 2023c.

\_\_\_\_\_. Lei no 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes



## Documento Digitalizado Público

### Projeto Político Pedagógico de Curso - Educação Inclusiva - UAB

**Assunto:** Projeto Político Pedagógico de Curso - Educação Inclusiva - UAB

**Assinado por:** Milena Vergne

**Tipo do Documento:** Projeto

**Situação:** Finalizado

**Nível de Acesso:** Público

**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Milena Vergne de Abreu Oliveira e Sousa, PEDAGOGO-AREA**, em 16/12/2024 16:27:45.

Este documento foi armazenado no SUAP em 16/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 983903

**Código de Autenticação:** 50a1905fce

